

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA TRINTA DE ABRIL DE  
DOIS MIL E NOVE**

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM – Exposição do Sr. Presidente da Câmara;** -----

-----**DOIS – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2008;** -----

-----**TRÊS – Pedido de Aprovação da 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2009, que se traduz na 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão do PPI.** -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Srs. Deputados: Fernanda Salomé Monteiro Vilela, Telmo Augusto Sobreira Pinto e Laurindo Mondim Miranda. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** informa que tem em seu poder uma fotocópia da Acta da Assembleia Extraordinária da Freguesia de Vilar de Maçada, em que o Sr. José Eduardo Pinheiro de Carvalho assume o cargo de Presidente da Junta de Freguesia, pelo que tem assente nesta Assembleia Municipal a partir desta data. Em nome da Assembleia dá as boas vindas ao Sr. Presidente de Junta e votos de uma longa permanência. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia nove de Fevereiro de dois mil e nove e abre Período de Inscrições. Não havendo inscrições a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada por maioria com 01 abstenção e 26 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** informa que não existe correspondência relevante, pelo que dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, abrindo Período de Inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Inicia a sua intervenção esclarecendo que a mesma não é da sua autoria, correspondendo a perguntas que lhe colocaram e pretende separa-las da sua própria intervenção. Indica assim que esteve presente num jantar em Pegarinhos onde lhe colocaram algumas questões sobre as obras realizadas no Santuário, onde transmitiu que não sabia responder às mesmas. Desta forma encaminha-as para o Sr. Presidente da Câmara, as quais se passam a descrever: “Porque é que o calcetamento em paralelo pequeno no terreno principal acabou ali?; O coreto ao lado do campo só subiu em altura 20cm, ficando muito longe da altura do outro e sabendo que todas as festas é preciso pôr uma carrinha ou fazer um aumento para caber a banda e essa obra não foi feita, ficando agora mais cara a sua recuperação porque foi coberto com granito o chão; Porque é que as escadas estão cobertas com terra?; Para quando a ligação dos candeeiros que estão montados há muito tempo?” Finaliza a sua intervenção indicando que na qualidade de Deputado, transmitiu as dúvidas e as vozes dos Municípes. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se tem já conhecimento do estudo do impacto ambiental da empresa contratada por diversas Câmaras sobre a Barragem do Tua, pretendendo assim saber informação sobre o resultado do mesmo. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que foi com alguma satisfação que tomou conhecimento que o Município de Alijó conseguiu aprovar, entre muitas outras candidaturas, mais uma para requalificação urbana para a Vila de Alijó, no valor de três milhões de euros, comparticipada em 70% do custo total da obra. Esta candidatura ao QREN demonstra bem o quanto o Sr. Presidente e todo o seu Executivo se têm empenhado no combate à crise e por sua vez, no desenvolvimento do Concelho de Alijó. Indica ainda que “isto é que são obras, desenvolvimento e

trabalho, não são outras coisas que andam por aí publicadas” e o que mais o orgulha enquanto cidadão com responsabilidades Autárquicas neste Concelho, é quando o Concelho, nas pessoas que o representam, é elogiado por entidades distritais e nacionais. Agradece ainda ao Sr. Presidente e todo o Executivo por durante dois anos ter apoiado e nunca ter desistido em circunstância alguma, de ajudar Vila Chã, a Instituição Santiago e a sua gente. Refere que está sensibilizado porque é nestas horas que se devem ajudar uns aos outros e os amigos, a amizade entre as pessoas serve não só quando se festejar mas também para quando há dificuldades. Lembra ainda que aquela obra, muito ambicionada há largos anos pela população de Vila Chã, tendo tido um início brilhante na altura em que o Sr. Dr. Cêrca era Presidente da Câmara, sendo com toda a elementar justiça que pretende deixar bem clara a importância da criação de infra estruturas que vão de encontro às necessidades das pessoas idosas. Refere ainda que é nas horas difíceis, que têm que estar presentes e não apenas nas horas de felicidade. Neste caso, sempre teve o apoio quer dos funcionários e do Sr. Presidente da Câmara, tornando possível uma candidatura ao POPH, sendo motivo para estarem satisfeitos, pois trata-se de dois anos de “batalha”, de trabalho, tendo sido ainda necessário fazer uma desafecção ao PDM. Indica ainda que estas coisas demoram muito tempo e com pessoas que desistissem facilmente, certamente não prestaria elogios, mas antes lamentaria por não ter conseguido. Agradece ao Sr. Presidente da Câmara, em nome da Freguesia de Vila Chã. Dá ainda os parabéns pelo Boletim Municipal, mais uma iniciativa que retrata bem o dinamismo do Concelho de Alijó. Refere que “houve pessoas que não gostaram de ver retratada tanta obra e que o Sr. Presidente da Câmara aparecia em tantas fotografias”, no entanto, do seu ponto de vista, deve fazer outro Boletim e aparecer em todas as fotografias, as quais são de trabalho e inauguração de obra. Faz ainda referência a um evento que vai ter início em S. Mamede de Ribatua, a Feira da Laranja, dando os parabéns ao seu colega de S. Mamede e à Câmara Municipal porque é com iniciativas deste género, com dinamismo, que conseguem sair do marasmo em que tantos falam mas pouco fazem para contribuir para o desenvolvimento. Deixa ainda uma palavra de apreço a todas as pessoas que por uma razão ou outra têm iniciativas no sentido de desenvolver o Concelho de Alijó.-

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, introduzindo o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos “Exposição do Senhor Presidente da Câmara”*. -----

-----**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos*. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Fevereiro, Março e Abril (primeira quinzena) de 2009. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** À data da presente informação, a Câmara Municipal de Alijó tem em dívida a fornecedores, sensivelmente 8.5 milhões de euros. Desta dívida, que engloba dívida corrente e dívida de investimento, a dívida a fornecedores de imobilizado (investimento) representa cerca de 86%. No que respeita a esta dívida, O Município tem um processo de saneamento financeiro em análise no Tribunal de Contas, do qual aguarda resposta sobre a sua decisão. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. A dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring, celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente, de acordo com os planos de pagamento. **2 – Actividade do Município:** **a – Actividade administrativa e de prestação de serviços.** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** **a – Actividade cultural. Biblioteca Municipal:**

| <u>Mês</u> | <u>Leitores inscritos</u> | <u>Livros requisitados</u> |
|------------|---------------------------|----------------------------|
| Janeiro*   | 7                         | 27                         |

|           |    |     |
|-----------|----|-----|
| Fevereiro | 19 | 233 |
| Março     | 10 | 334 |
| Abril**   | 7  | 144 |

\* A partir do dia 30 (inclusive)

\*\* Até ao dia 17 (inclusive)

#### Biblioteca Itinerante

| <u>Mês</u> | <u>Livros requisitados</u> |
|------------|----------------------------|
| Janeiro*   | 192                        |
| Fevereiro  | 655                        |
| Março      | 838                        |
| Abril**    | 83                         |

\* A partir do dia 26 (inclusive)

\*\* Até ao dia 16 (inclusive)

Actividades Realizadas (Janeiro/Fevereiro/Março): “Quatro estações com palavras e música”; Participação de 218 crianças; “Leitura em voz alta” Participação de 106 idosos. Auditório Municipal: Acções Pagas:

#### Estatísticas

##### Fevereiro

|        |                            |    |
|--------|----------------------------|----|
| Cinema | O Dia em que a Terra Parou | 44 |
| Cinema | Austrália                  | 76 |
| Cinema | A Lenda de Despereaux      | 52 |
| Cinema | Crepúsculo                 | 66 |

|                  |                                    |     |
|------------------|------------------------------------|-----|
| Cinema           | RocknRolla – A Quadriha            | 24  |
| Música           | Pat Silva Trio – All that Jazz     | 17  |
| <b>Março</b>     |                                    |     |
| Cinema           | Frost / Nixon                      | 51  |
| Cinema           | A Troca                            | 46  |
| Cinema           | O estranho Caso de Benjamin Button | 67  |
| Teatro           | As Calcinhas Amarelas              | 249 |
| <b>Abril</b>     |                                    |     |
| Cinema           | Revolutionary Road                 | 36  |
| Cinema           | Hotel para Cães                    | 54  |
| Cinema           | Watchman – os Guardiões            | 21  |
| Cinema           | Second Life                        | 52  |
| Acções Gratuitas |                                    |     |

### Estatísticas

|                                     |   |     |
|-------------------------------------|---|-----|
| <b>Fevereiro</b>                    |   |     |
| Palestra                            | 2009 – Ano Internacional da Astronomia      | 250 |
| Concerto Pedagógico                 | Ciência e Música de Mãos Dadas              | 459 |
| Teatro para As Escolas              | Auto da Barca do Inferno - Filandorra       | 215 |
| Reunião                             | Comissão Distrital do PSD                   | 100 |
| <b>Março</b>                        |   |     |
| Teatro para As Escolas              | O que Aconteceu na Terra dos Procópios      | 450 |
| Palestra                            | A Água                                      | 91  |
| Palestra                            | A Tuberculose                               | 110 |
| <b>Abril</b>                        |   |     |
| Acção de Informação Espaço Internet | Acção de Informação sobre o Programa Vortal | 15  |

Fevereiro: 1861 utilizadores, Média de idades: 18,5; Março: 2358 utilizadores, Média de idades: 18,5

Abril: 1145 utilizadores, Média de idades: 20,6. b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo, Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16

anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Aulas de Danças Latinas e Hip-hop dirigidas a todas as faixas etárias e para todos os amantes da dança e do movimento. Desta forma podemos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade funciona todos os sábados de manhã e é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de Patinagem e Hóquei em Patins – Implementação de duas novas modalidades, de forma a diversificar a oferta desportiva. Pretendemos desta forma, iniciar a formação de jovens patinadores com a intenção da formação de um clube de Hóquei em Patins.

Piscinas Municipais: Entradas no Complexo para utilização da Piscina  
Janeiro 2009

| Entidade/Escola                | Nº de Entradas       |
|--------------------------------|----------------------|
| Escola de Natação              | 269                  |
| Escolas 1º ciclo               | 268                  |
| Escolas E.B. 2, 3 e Secundária | 275                  |
| Lazer                          | 86                   |
| Aeróbica                       | -----                |
| Hidroginástica                 | 153                  |
| Clube de Natação Alijó         | 284                  |
| Boccia                         | 40                   |
| Danças                         | -----                |
| Pilates                        | 14                   |
| Ballet                         | 36                   |
| PumPit                         | 40                   |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>Entradas 1206</b> |

Fevereiro 2009

| Entidade/Escola                | Nº de Entradas       |
|--------------------------------|----------------------|
| Escola de Natação              | 302                  |
| Escolas 1º ciclo               | 304                  |
| Escolas E.B. 2, 3 e Secundária | 220                  |
| Lazer                          | 222                  |
| Aeróbica                       | 59                   |
| Hidroginástica                 | 195                  |
| Clube de Natação Alijó         | 288                  |
| Boccia                         | 30                   |
| Danças                         | 10                   |
| Pilates                        | 33                   |
| Ballet                         | 50                   |
| PumPit                         | 42                   |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>Entradas 1765</b> |

Março 2009

| Entidade/Escola                | Nº de Entradas       |
|--------------------------------|----------------------|
| Escola de Natação              | 347                  |
| Escolas 1º ciclo               | 468                  |
| Escolas E.B. 2, 3 e Secundária | 973                  |
| Lazer                          | 201                  |
| Aeróbica                       | 80                   |
| Hidroginástica                 | 187                  |
| Clube de Natação Alijó         | 262                  |
| Boccia                         | 18                   |
| Danças                         | -----                |
| Pilates                        | 41                   |
| Ballet                         | 60                   |
| PumPit                         | 45                   |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>Entradas 2693</b> |

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica. Tendo como principal finalidade promover uma política de proximidade entre os Municípios e a Câmara Municipal, procurando minorar os problemas encontrados por estes no dia-a-dia, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, pinhão, Sanfins do Douro e Vi/ar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm por objectivo procurar ultrapassar as dificuldades colocadas pelas pessoas que os procuram. As intermediárias desenvolvem diversas actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, IFADAP, INGA, ADSE, Ministério das Finanças, Centro Nacional de Eleições, Centro Nacional de Pensões, Segurança Social, DG Veterinária, Ministério da Saúde, Inspeção-geral do trabalho, seguradoras, bancos, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez.

Alguns Números:

| GAC              | DEZEMBRO | JANEIRO |
|------------------|----------|---------|
| CARLÃO           | 400      | 420     |
| PINHÃO           | 640      | 1795    |
| SANFINS DO DOURO | 1645     | 1142    |
| VILAR DE MAÇADA  | 751      | 1149    |

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Fevereiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de quinze portugueses. Prestação de informação turística documental e via telefone a entidades várias; Março: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de dezanove portugueses, dois espanhóis, seis norte-americanos, um italiano e um emigrante. Prestação de informação turística documental e via telefone a entidades várias. Abril: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e seis portugueses, cinco espanhóis, um norte-americano, dois italianos, dois estonianos, um esloveno, três franceses, dois holandeses, um inglês e um brasileiro. Prestação de

informação turística documental e via telefone a entidades várias. e – Gabinete de Arqueologia: A presente exposição descreve as actividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia no trimestre supramencionado. Para o efeito da presente, integram-se todas as acções de preservação, valorização, protecção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do interesse cultural relevante para o concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, designadamente, o histórico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social ou técnico dos bens. Acções fundamentais do Gabinete de Arqueologia: Na sequência da aprovação do projecto “Sinalização de Arqueossítios do Concelho de Alijó” por parte da Associação do Douro Histórico (no âmbito do programa Leader +), o Município de Alijó deu início aos trabalhos de colocação de sinalética orientativa e explicativa ao longo do concelho de Alijó;



Sinalização da Sepultura Rupestre de Vila Chã



Sinalização da Ponte e Via Romana de S. Mamede de Ribatua

Acompanhamento dos trabalhos de Valorização do Castro de S. Marcos, tendo em vista a salvaguarda e protecção do património classificado, transformando este local ao longo do tempo e, faseadamente, num espaço aprazível de que todos possam desfrutar, aliando a componente lúdica à cultural e fomentando, assim, o turismo interno;



Castro de S. Marcos – Trabalhos finais de recuperação da 2ª linha de muralha

Concepção de visitas de estudo técnicas e pedagógicas guiadas quer de âmbito escolar, quer a grupos de pessoas interessadas em conhecer o passado concelhio: - Dia 23 de Março (Público alvo: alunos do 4º ano da Escola EB1 de Alijó, 22 alunos) - Dia 24 de Março (Público alvo: alunos do 7º ano da E.S. Morgado de Mateus de Vila Real, 88 alunos) - Dia 7 de Abril (Público alvo: alunos do curso de Animação Turística do pólo NERVIR administrado em Alijó, 23 pessoas) - Dia 22 de Abril (Público alvo: alunos do 7º ano da E.S Camilo Castelo Branco de Vila Real, 77 alunos); Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios no dia 18 de Abril de 2009, ligado ao tema anual “Património e Ciência”, sugerido pelo IGESPAR. Neste dia foram realizadas diversas actividades pedagógicas; Recolha de informação de índole patrimonial, facultando o respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados, como às competentes organizações específicas que tutelam o património do nosso país; Projecção, Elaboração e Execução no terreno de três projectos de carácter arqueológico, no âmbito do programa Leader +, candidatados à Associação do Douro Histórico de acordo com as áreas de intervenção do “Património Cultural e Arqueológico”, a saber: 1º - Projecto “Infra-Estruturas de Consolidação e Divulgação da Anta da Fonte Coberta”. 2º - Projecto de “Valorização do Castro de S. Marcos”. 3º - Projecto de “Sinalização dos Arqueossítios do Concelho de Alijó”; Dinamização do Património Histórico e Arqueológico concelhio, mediante a criação/aplicação de mini-projectos: -

Actualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia; - Divulgação mensal do património arqueológico concelhio, através da Agenda Municipal (todos os meses o município de Alijó dá a conhecer a toda a população diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios); - Participação, como interveniente, em acções de informação e sensibilização, a título de exemplo “Os Jovens perguntam II” (Programa Escolhas), promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Alijó; - Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local. **c – Obras e Intervenções**

**Municipais:** \* Reparação de rupturas de água; \* Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; \* Realização de vários trabalhos em diversas escolas e jardins-de-infância; \* Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; \* Limpeza de jardins, estradas, caminhos, aterros e lixeiras; \* Colocação de sinais verticais nas zonas arqueológicas; \* Reparação de sinais danificados; \* Ligação de ramais de água; \* Colocação de tubagens para ligações de água; \* Realização de obras no gabinete de Acção Social, no Teatro Auditório Municipal, nas Piscinas Municipais, no Mercado Municipal e no Pavilhão Gimnodesportivo; \* Colocação de condutas de água; \* Montagem de barracas e palco para a Feira da Laranja em São Mamede de Ribatua; \* Corte de mato e limpeza de valetas; \* Colocação de caixas eléctricas para a iluminação do campo de futebol de Pegarinhos; \* Realização de trabalhos em habitações degradadas do concelho; \* Transporte de pedra do Cruzeiro de Favaio para o estaleiro; \* Calcetamento do Largo junto à Estação do Pinhão e colocação de contentores do lixo e eco pontos; \* Realização de trabalhos no cemitério de Pegarinhos; \* Colocação de uma boca-de-incêndio em Alijó; \* Reparação de bombas de tanques; \* Limpeza de vários depósitos de água no concelho; - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Ajuste Directo para a Empreitada de Ampliação das Redes de Água do Município (Caminho da Fonte Coberta junto ao Lar de Idosos de Vila Chã – adjudicada - Prestação de serviços para controlo de Qualidade das Águas – adjudicada - Fornecimento do Projecto de Remodelação da Rede de Saneamento em Cheires – adjudicada - Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Carlão) - adjudicada- Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Sanfins do Douro) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Antero Acácio Catarino) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Amílcar Fernandes Magalhães) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Fernando Augusto Magalhães) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de António Joaquim Vieira) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de José Carlos Cataluna) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Alberto Mário) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de António Brás Paredes) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Isaura Gomes Sanches) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Maria da Conceição Ribeiro Gonçalves) – adjudicada - Programa de Conforto

Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Maria Luísa Taveira) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Maria Estrela Mamede Seara) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de António Luís Ribeiro do Cabo) – adjudicada - Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de José Maria Grácio) – adjudicada - Construção/Requalificação do Pólo Integrado de Alijó - Pré-escolar e EB1 - em concurso - Beneficiação/Ampliação da Zona Desportiva e de Lazer em Alijó - em concurso - Recuperação do Mercado Municipal - em concurso - Requalificação Urbana da Rua Francisco Artur Martins/Rua Eng. Delfim Magalhães – em concurso - Zona de Lazer de Nossa Senhora da Piedade - em concurso - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Freguesia de Vila Chã) - em concurso - Reconstrução e Reparação de Muros Degradados - Amieiro - em concurso - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Dr. Ernesto Morais em Santa Eugénia) - em concurso - Sala Multiusos em Alijó - em concurso - Construção e Reparação de Muros Degradados (Estrada de Casal de Loivos - Pinhão) – em concurso - Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Vila Chã) - em concurso - Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Carlão) - em concurso - Requalificação da Zona Central de Vila Chã - em concurso - Edifícios do Município - Conservação e Reparação (Adaptação do Edifício do Ministério da Agricultura) - em concurso - Beneficiação de Estradas no Concelho (Ligação do Nó da Variante à Chã/Sanfins do Douro) - em concurso - Beneficiação de Estradas no Concelho (Rua Belo Horizonte em Carvalho) - em concurso - Infra-estruturas e Arruamentos do Centro de Dia do Pinhão - em concurso - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Povoação de Cheires - Rua n.º 1 e Bairro do Ribeiral) - em concurso

**d – Acção Social:** - Atendimento / Encaminhamento de situações; - Apoio psicossocial; - Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes: - Continuação das candidaturas ao Programa de Conforto Habitacional para Idosos (PCHI), que sejam utentes das valências de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, no âmbito do recente Protocolo assinado entre o Instituto da Segurança Social, I.P e o Município de Alijó. Até ao momento deram entrada 33 candidaturas das quais: - 29 apresentam critérios de elegibilidade; - 4 não apresentaram critérios de elegibilidade; Das 29 candidaturas foram realizadas 29 visitas domiciliárias pelos serviços de Acção Social do Município e da Segurança Social, das quais resultaram: - 7 candidaturas indeferidas; - 24 candidaturas foram aprovada (foi anulada uma candidatura por motivos de doença da idosa entretanto colocada em acolhimento familiar da Segurança Social, sendo aprovado mais uma posteriormente) É de referir que as candidaturas que não preenchem os requisitos específicos deste programa e verificando-se a necessidade de intervenção habitacional são analisadas e encaminhadas para outros programas do Município. - Continuação preparação das instalações para a abertura de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, no âmbito do Protocolo entre o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Município de Alijó. Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais

como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. - De Fevereiro a Abril foram emprestadas 3 camas, nas freguesias de S. Mamede de Ribatua, Sanfins do Douro, Vila Verde; - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados nas Freguesias de Vilar de Maçada, Vila Chã; - De Fevereiro a Abril foram emprestadas 2 cadeiras nas Freguesias de São Mamede de Ribatua e Vila Verde. - Encontram-se emprestado 1 colchão anti-escaras, na Freguesia do Castedo. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos: N.º de processos entrados em 2008 – 56, N.º de processos apoiados em 2008 – 17, N.º de processos entrados em 2009 – 10, - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - realização de obras reparação e melhoramentos nos conjuntos Habitacionais de Pegarinhos e Carlão; - Distribuição de lâmpadas económicas pelos Bairros Sociais do Município com a colaboração da Agência para a Energia e da AMVDN. - Programa "Solarh": N.º de processos entrados total – 59; N.º de processos aprovados - 24 (3 desistiram após aprovação), N.º de processos que se encontram em fase de obras – 4, N.º de processos a aguardar aprovação – 0, N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0. N.º de processos indeferidos – 8, N.º de desistências – 26, Projectos de Intervenção Comunitária. - Projecto "Novos Rumos" - Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Continuação das acções promovidas: - Reabilitação habitacional e aquisição de equipamentos para as famílias intervencionadas pelo projecto; - Cursos de Formação Parental - em parceria com o Programa Escolhas "Pensar o Presente, criar o Futuro" e o Núcleo de Intervenção Local (NU) do Rendimento Social de Inserção; - Gabinete de Apoio ao Jovem - novo espaço de funcionamento no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, no qual também se insere o Gabinete de Apoio a Sexualidade Juvenil, em Parceria com o Centro de Saúde de Alijó, no âmbito do planeamento familiar; - Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; - Encaminhamento de famílias e outros para formação profissional; - Continuação do Programa de Treino de Competências Sociais, dirigida a alunos da Escola E, B 2,3/D. Sancho II de Alijó, dos 50; - Continuação das acções de Orientação vocacional para jovens do 9º ano; - Realização da Feira de Profissões em parceria com o projecto " Pensar o Presente Criar o Futuro" do Programa Escolhas; - Reabilitação habitacional - 1 situações em parceria com a Autarquia;- Implementação de Acções de Promoção para a Saúde, no 10 Ciclo e no Pré-Escolar em parceria com as Escolas; - Acompanhamento psicológico dos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do Concelho; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; b - Educação: \* Desenvolvimento do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 10 CEB (Actividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade e Expressões para os 10 e 20 anos de escolaridade); \* Transferência de verbas para Agrupamentos de Escolas para material didáctico e material de desgaste; \* Disponibilização de pessoal não docente para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 10 CEB do concelho; \* Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 10 CEB; \* Implementação do Programa de Expansão e

Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar - refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; \* Gratuitidade das refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; \* Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 10 CEB; \* Preparação de um regulamento de Acção Social Escolar para atribuição de apoios económicos no que concerne a refeições e manuais escolares no 10 CEB; \* Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino, abrangendo ainda pessoas com necessidades educativas especiais que frequentam instituições fora do concelho; \* Transportes escolares para todos os níveis de ensino, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; \* Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (Vila Real e Sabrosa); \* Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); \* Colaboração com projectos de intervenção social que promovem actividade para crianças e jovens; \* Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo; \* Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; \* Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; \* Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; \* Apoio e colaboração na dinamização de actividades direccionadas a crianças e jovens; \* Limpeza e desinfectação de edifícios escolares e áreas circundantes; \* Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó; c – Saúde Pública Apresenta-se, seguidamente, um resumo da actividade desenvolvida pelo Médico Veterinário Municipal de Alijó entre 30 de Janeiro de 2009 e 22 de Abril de 2009: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei n.º 244/2003 de 07 de Outubro; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Campanha de vacinação anti-rábica em época especial; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Colaboração com a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, procedendo a actividade de Inspecção Sanitária no Matadouro Alfeu, em Vila Real. - Avaliação de projectos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufactura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer; - Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais; -Coordenação semanal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó; - Colaboração com a GNR na resolução de situação envolvendo um cão morto, encontrado na Barragem da Chã, no concelho de Alijó; e – **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local**

| Área de Intervenção | Participantes | Objectivos | Forma de Intervenção |
|---------------------|---------------|------------|----------------------|
|---------------------|---------------|------------|----------------------|

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| Concelho de Alijó<br>Sector Agro-Pecuário<br>– Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.  | . GADL;<br>. Promotores  | Acompanhamentos das actividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais.   | . Visitas de trabalho periódicas às explorações.  |
| Concelho de Alijó<br>– Alijó<br>Sector Agro-Pecuário:<br>- Carlão<br>- Exploração de Suinicultura;<br>- Vila Verde<br>Exploração de Bovinos | . GADL;<br>. Promotor;   | . Criação de porcos da raça Bisara em regime extensivo;<br>. Criação de Bovinos em regime extensivo.  | . Reunião de trabalho com o potencial promotor por forma a ser efectuado o melhor enquadramento para o licenciamento;<br>. Pedido de parecer prévio sobre a localização da exploração;<br>. Visita de trabalho ao local de implantação da exploração.   |
| Concelho de Alijó<br>– Alijó<br>Sector Agrícola<br>- Carlão   | . GADL;<br>. Agricultores  | . Orientação dos Agricultores sobre como efectuar o pedido de ajuda relativo aos prejuízos causados pelos ventos fortes em Janeiro de 2009;<br>. Informação das ajudas e apoios à disposição relativamente aos prejuízos causados;  | . Reunião de trabalho com os agricultores.  |
| Concelho de Alijó<br>Ambiente / Educação Ambiental  | . GADL;<br>. Gabinete Cultural Névoa dos Séculos;  | . Sensibilização da comunidade em geral, para a preservação do meio ambiente.   | . Publicação, para formação ambiental dos cidadãos residentes no concelho.  |
| Concelho de Alijó<br>Ambiente / Educação Ambiental  | . GADL;<br>. Agrupamento do Pré-Escolar de Alijó;<br>. Empresa “Águas de Trás-os-Montes” | . Sensibilização das crianças que frequentam o pré-escolar e suas famílias para a poupança de água.   | . Realização de 6 sessões de sensibilização.  |
| Concelho de Alijó<br>Empreendedorismo Leader  | . GADL;<br>. Associação Douro Histórico;<br>. Empreendedores                             | . Informação sobre as estratégias definidas para a região, através do GAI;<br>. Apoios disponíveis, para a modernização, inovação e aumento de competitividade das empresas comerciais existentes.  | . Participação na apresentação do programa LEADRE de forma a informar os promotores sobre os apoios disponíveis e enquadramento dos projectos;<br>. Reunião com todos os promotores que demonstraram interesse em recorrer aos apoios disponíveis;<br>. Elaboração e envio de Fichas de Intenção de Investimento de todos os empreendedores, cujo enquadramento é o programa LEADER |
| Concelho de Alijó<br>Empreendedorismo/<br>Indústria/Comércio  | . GADL;<br>. Promotores;<br>. SPA, consultoria.  | . Criação de empresa na área da restauração;<br>. Criação de empresa na área do comércio - flores;<br>. Criação de empresa na área do comércio – charcutaria;<br>. Criação de empresa na área do comércio – produtos regionais;<br>. Criação de empresa na área dos serviços – silvicultura preventiva. | . Reuniões de trabalho com o objectivo de informar/orientar os promotores sobre os apoios disponíveis e enquadramento do projecto.  |

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| <p>Concelho de Alijó<br/>– Alijó<br/>Sector Agrícola</p>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GADL;</li> <li>. Promotores;</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Objectivo de beneficiar projectos de investimento existentes – Projectos Estruturantes;</li> <li>. Beneficiação dos agricultores, com a criação de melhores acessibilidades para os prédios rústicos, nas áreas abrangidas pelos projectos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Reuniões de trabalho com o objectivo de informar os promotores sobre o enquadramento do projecto;</li> <li>. Elaboração de duas candidaturas ao Programa Agris – Caminhos Rurais.</li> </ul>   |
| <p>Concelho de Alijó<br/>– REVIDOURO 2009</p>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GADL</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Divulgação do evento a todas as empresas locais do sector vitivinícola, gastronómico e de artesanato.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Contribuição na preparação do evento a todas as empresas por carta, mail, bem como visitas personalizadas.</li> </ul>  |
| <p>Concelho de Alijó<br/>(Sector Cinegético –<br/>Zona de Caça<br/>Municipal de Alijó –<br/>ZCMA – Proc. DGRF<br/>n.º 2596)</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>GADL;</li> <li>. Colaborador da CIBIO;</li> <li>. Guarda-florestal Auxiliar;</li> <li>. Conselho Cinegético;</li> <li>. DGRF.</li> <li>. Juntas de Freguesia</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Melhorar a Gestão da ZCMA.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Realização de sementeiras em áreas previamente definidas;</li> <li>. Realização de repovoamentos de Perdiz Vermelha em áreas previamente definidas.</li> <li>. Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados;</li> <li>. Registo periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA;</li> <li>. Avaliação periódica dos repovoamentos de coelho bravo efectuados;</li> <li>. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais;</li> <li>. Serviço administrativo da ZCMA: - Inscrição de Caçadores na zona de caça, emissão de autorizações para caçar na ZCMA, requerimentos para exame da carta de caçador, recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas e requerimentos para autorização de correcção de densidade ao javali por prejuízos causados;</li> <li>. Tratamento e envio de correspondência ao caçador;</li> <li>. Fiscalização da ZCMA;</li> <li>. Vistorias para decisão dos pedidos de</li> </ul> |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  |   |  | <p>indemnização e recomendação de medidas preventivas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Acções com vista à correcção da predacção na ZCMA;</li> <li>. Preparação da Festa do Caçador, com realização de provas de Sto. Huberto e Largada de Perdiz Vermelha.</li> </ul> |
| <p>Concelho de Alijó<br/>(Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º 206/2008)</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GADL;</li> <li>. Guarda-florestal Auxiliar;</li> <li>. Juntas de Freguesia.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã</li> <li>. criar melhores condições para a realização da Pesca Desportiva na Albufeira;</li> <li>. Criação de condições para pescadores portadores de deficiência motora.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Serviço administrativo da Concessão de Pesca:</li> <li>. Emissão de autorizações diárias para pescar na albufeira de Vila Chã;</li> <li>. Elaboração de uma candidatura ao PRODE, na Acção – “Gestão Multifuncional”</li> </ul>            |
| <p>Concelho de Alijó<br/>Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)</p>                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GADL;</li> <li>. GTF;</li> <li>. COM;</li> <li>. Sapadores florestais (SF 10-117 Alijó);</li> <li>. GNR;</li> <li>. E.B. 2,3 de Alijó</li> </ul>                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Dia da Protecção Civil.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Comemoração do Dia da Protecção Civil.</li> </ul>  |
| <p>Concelho de Alijó<br/>Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)</p>                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte (AMVDN);</li> <li>. Estrutura Missão do Douro;</li> <li>. Comandante Operacional Municipal (COM) Alijó.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Candidatura conjunta ao QREN – Prevenção e Gestão de Riscos tecnológicos – Acções Imateriais – Municipal.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Realização de candidatura ao QREN conjuntamente com os Municípios da Estrutura Missão do Douro para revisão do Plano Municipal de Emergência com vista a uniformizar todos os dados nos Municípios candidados.</li> </ul>                  |
| <p>Concelho de Alijó<br/>Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)</p>                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GADL;</li> <li>. GTF;</li> <li>. COM.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Coordenar as acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó.</li> </ul>  |
| <p>Concelho de Alijó<br/>Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)</p>                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>. COM.</li> <li>. GTF;</li> <li>. Comandantes de Todas as Corporações de Bombeiros do Concelho.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Formação conjunta.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Realização de acções de formação a todos os corpos de bombeiros do Concelho de Alijó.</li> </ul>   |
| <p>Concelho de Alijó<br/>Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)</p>                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>. COM.</li> <li>. XistoDesign.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Planificação e elaboração de site sobre o SMPC.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Reuniões de trabalho.</li> </ul>   |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| Concelho de Alijó<br>Sector Florestal –<br>PMDFCI | GADL, GTF.   | . Conselhos sobre queimas e<br>queimadas aos proprietários.                               | . Aconselhamento, de forma<br>permanente, das medidas preventivas a<br>seguir durante a execução de queimas<br>e queimadas.  |
| Concelho de Alijó<br>Sector Florestal –<br>PMDFCI | GADL,<br>GTF;<br>COM<br>EB2,3 de Alijó                               | . Sensibilização prevenção e protecção<br>da floresta.                                    | . Realização de aulas temáticas sobre a<br>floresta.   |
| Concelho de Alijó<br>Sector Florestal –<br>PMDFCI | GADL,<br>GTF;<br>COM<br>Escola Secundária de<br>Alijó.               | . Sensibilização prevenção e protecção<br>da floresta.                                    | . Realização de aulas temáticas sobre a<br>floresta.   |
| Concelho de Alijó<br>Sector Florestal –<br>PMDFCI | GADL,<br>GTF;<br>COM<br>Agrupamento Vertical<br>De Escolas de Alijó. | . Dia Mundial da Floresta.  | . Comemoração do Dia Mundial da<br>Floresta.<br>Cerimónia de entrega de prémios do<br>concurso “Alijó na Defesa da Floresta” |
| Concelho de Alijó<br>Sector Florestal –<br>PMDFCI | . GADL, GTF, COM,<br>Sapadores Florestais<br>(SF 10-117 Alijó).      | . Realização e cumprimento das faixas<br>de gestão de combustível definidas no<br>PMDFCI. | . Acompanhamento na execução de<br>trabalhos de silvicultura preventiva.   |

- Celebração do Protocolo de Colaboração entre a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o Município de Alijó, para a criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante; - Celebração de Protocolo de Compromisso entre o Instituto de segurança Social, a Câmara Municipal de Murça, a Câmara Municipal de Alijó e a Câmara Municipal de Sabrosa, no âmbito do Programa – Contratos Locais de Desenvolvimento Social. Alijó, 20 de Abril de 2009, O Presidente da Câmara José Artur Fontes Cascarejo, Dr. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Lousa no que concerne ao Santuário, esclarece que este tem um projecto de execução e as perguntas colocadas são de pormenores relativamente a esse mesmo projecto de execução, merecendo todo o respeito. Pode haver uma ou outra situação de que não tenha total conhecimento, no entanto vai entregar as questões aos serviços urbanos da Câmara para que respondam com todo o rigor e transparência. No que diz respeito ao Sr. Presidente de Junta do Amieiro, relativamente ao estudo de impacto ambiental da Barragem do Tua, o estudo encomendado à empresa Quartenair, teve já uma primeira versão, a qual criticaram, não havendo ainda uma versão final. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes relativamente à Feira da Laranja de S. Mamede de

Ribatua, indica que considera esta feira exemplar, daquilo que deve ser a parceria entre a sociedade civil, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Esclarece ainda que a feira nasceu de uma necessidade sentida pela sociedade civil, um grupo de pessoas de S. Mamede de Ribatua que solicitou apoio à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, tendo prestado esse mesmo apoio desde a primeira hora, contribuindo assim para o combate à crise e promovendo o desenvolvimento das terras, aldeias, vilas, do Concelho de Alijó. Lança o desafio a todos, convidando-os a estarem presentes, porque a exemplo de outras que também se vão realizando no Concelho, são sempre oportunidades de provarem os extraordinários produtos do Concelho, neste caso concreto, a laranja, como produto de excepção. No que diz respeito ao Boletim Municipal e sua publicação, informa que é uma obrigação legal e a Câmara fá-lo com todo o à vontade, tendo havido algum atraso relativamente a este porque tal como dizem na abertura do Boletim, preocuparam-se primeiro em apresentar as candidaturas e trabalhar e só depois publicitar aquilo que fazem, de acordo com o que a lei obriga, mas a Democracia é assim e estas são situações normais quando se está no poder e na oposição, há visões diferentes desta matéria. No que diz respeito à Associação de Santiago de Vila Chã, é outro caso exemplar, porque muitas vezes as pessoas pensam que as candidaturas surgem “num estalar de dedos e que há passos de magia com que resolvem os problemas”. No entanto, afirma que quem algum dia apresentou uma candidatura, sabe que não é assim. Foi necessária muita persistência, muita determinação do Sr. Presidente de Junta, quer como Presidente de Junta, quer como Presidente da Associação, caso contrário esta candidatura não teria sido possível porque o espaço contíguo à Associação Santiago de Vila Chã, tinha um pequeno espaço territorial que ficava ligeiramente fora do PDM, exigindo a suspensão parcial do PDM para que esta candidatura pudesse ser concretizada, exigindo também muitas reuniões na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte, assim como uma ida ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Ferrão, a quem também agradece porque sem esta parceria e este apoio, este trabalho de equipa, não era possível fazerem este trabalho ainda a tempo de o apresentar a este conjunto de candidaturas, que esta, assim como outras Associações do Concelho estão a fazer no âmbito de um novo conjunto de equipamentos para a rede social. No que diz respeito à “Regeneração Urbana”, pensa que esta candidatura merece algumas considerações na medida em que a mesma surgiu desde

logo de uma crítica construtiva e de uma acção conjugada dos pequenos Municípios, ou seja, as cidades e sobretudo os núcleos urbanos acima dos cinquenta mil habitantes, particularmente as capitais de distrito, tiveram a possibilidade de se candidatar a um programa chamado “Polis” que visava a regeneração e a reabilitação urbana para dar sustentabilidade social e económica às capitais de distrito, numa perspectiva de coesão territorial, mas os pequenos núcleos e as sedes de Concelho que não tinham pelo menos cinquenta mil habitantes, ficaram à partida de fora desta possibilidade, numa primeira fase. Informa que contestaram esta regra, a qual vinha de uma directiva comunitária e com base nessa pressão, junto da CCDR e junto do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, foi possível fazer ver a Bruxelas, a quem gere os Fundos Comunitários, que Portugal, é um país que tem realidades muito diversas, não obstante de ser um país pequeno em termos territoriais e que tem particularmente no interior do país, um conjunto de núcleos urbanos dispersos com uma enorme extensão territorial, mas com fraca densidade populacional, que se ficassem fora destas candidaturas, corriam o sério risco de agravar e acentuar ainda mais as já existentes assimetrias inter regionais, condenando assim ao esquecimento e a médio e longo prazo à desertificação e abandono, extensas áreas territoriais do território nacional. Indica ainda que estes argumentos foram bem aceites quer na CCDR, quer junto do Governo, quer sobretudo junto dos burocratas de Bruxelas, sendo possível ao nível da CCDR e neste QREN afectar sessenta e dois milhões de euros a estas candidaturas de “Regeneração Urbana”. Refere que é com particular satisfação que informa toda a Assembleia desta situação, que resultou de uma luta conjunta de todos os Autarcas dos pequenos Municípios e particularmente dos pequenos Municípios do interior, o que também prova que quando há concertação estratégica para atingir um determinado objectivo, por vezes, não é por serem pequenos ou não terem muitos habitantes que não conseguem atingir esses objectivos. Este é um exemplo de que quando se consegue fazer esta concertação estratégica com determinação, com persistência, com argumentos sólidos, apelando não apenas ao sentimento mas também à razão, a dados concretos com estudos porque também encomendaram estudos de carácter científico e prospectivo que provavam que se assim não fosse, iam agravar estas assimetrias. Pretende ainda deixar uma nota muito importante, indicando que as candidaturas de “Regeneração Urbana”, aplicam-se única e exclusivamente às sedes de Concelho, assim como o “Polis” só se

aplicava às sedes de Concelho desses Municípios, também este que designam de “mini Polis” só se aplicam às sedes de Concelho. No caso concreto do Município de Alijó, o projecto abarca a revitalização do Mercado Municipal, visando transformá-lo numa espécie de centro comercial ao ar livre, desde logo para combater ou pelo menos atenuar os efeitos nefastos das grandes superfícies, particularmente o “Dolce Vita” de Vila Real; visa também reabilitar e interligar toda aquela nova zona que estão a construir na zona envolvente às Piscinas Municipais, Centro de Saúde e Campo de Futebol; visa ainda contemplar o financiamento a 70% da próxima Revidouro, dentro de um Plano de Promoção da Actividade Social e Económica do Concelho. Ou seja, foi a própria CCDR, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e particularmente Bruxelas que reconheceu o esforço que o Município tem vindo a fazer ao longo destes dois Mandatos com parcerias e geminações com o exterior, lembrando a geminação com Angola (Saurimo), com os Estados Unidos (Ossining), com a França (Lamarque), com a Espanha (Carballiño), no sentido de através dessa feira promoverem os produtos locais, particularmente a gastronomia, os vinhos, tudo aquilo que há de melhor no Concelho. Bruxelas reconheceu que este esforço visava a sustentabilidade social e económica deste território, visando transformar este Concelho, num espaço cada vez mais competitivo, atractivo, dinâmico e solidário, apoiando assim a candidatura a 70%. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADA AMÉLIA BAPTISTA:** Pretende esclarecer a Assembleia Municipal em geral e o Sr. Deputado António Lousa em particular, indicando que o Santuário obedece a um projecto, não fazendo os coretos parte desse mesmo projecto. Admite que os coretos ficaram um pouco enterrados e a Junta de Freguesia, verificando esta situação, mandou-o levantar, ficando ao nível do outro. Lamenta se de facto não estão à mesma altura, não tendo ainda comprovado este facto, no entanto se houve uma falha, irá verificar esta situação. Quanto ao alargamento que é necessário na altura da festa e apenas por um dia, não foi feito porque ia descaracterizar o projecto, impedindo que se passasse por trás dele, chegando à conclusão que um estrado resolve a situação. --

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Agradece a explicação da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Pegarinhos, frisando que as questões colocadas não eram da sua autoria. Indica que

recebeu a correspondência e na acta anterior constava a situação financeira da Câmara até Janeiro de 2009 “até à data da presente informação, a Câmara Municipal de Alijó, tem uma dívida a fornecedores, sensivelmente de oito milhões e meio de euros”. Indica ainda que para a Câmara, esta quantia pode ser pouco dinheiro, mas do seu ponto de vista, é uma quantia avultada. Refere a Exposição do Sr. Presidente da Câmara, mais concretamente a página 15 “Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas”, tendo ficado estupefacto, porque um dia “já se fez uma ladainha” para que não se revelassem nomes das pessoas das pessoas que recorriam ao Fundo de Inserção Social, dado ser anti estético, no entanto revelam agora nomes neste programa. Afirma que não há segredos porque as IPSS tiveram acesso a todos os rendimentos mínimos. Lembra que numa Assembleia Municipal falaram nos dez metros de limpeza das bermas das estradas, tendo-se esquecido o Sr. Presidente da Câmara que é necessário proceder à limpeza da biomassa seca. Refere ainda que lê todos os dias na comunicação social sobre a parceria ou acordo que a Câmara Municipal de Alijó fez com a Vila Sol, mas nuns lê-se “parceria” e noutros “cedência” de terrenos e sendo um investimento tão grande para o Concelho, a Assembleia Municipal devia ser minimamente informada, esperando ainda que “o Sr. Presidente da Câmara não faça o discurso que o Partido Social Democrata é contra o investimento”. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Informa que não percebeu se o Sr. Presidente recebeu ou não o estudo da Quartenair, assim como também não percebeu o que foi reclamado, pretendendo assim, um esclarecimento adicional. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Refere que independentemente da cor partidária de cada um, o assunto que vai ser discutido na presente Assembleia, os documentos demonstram que a situação da Câmara é bastante delicada, devendo todos concentrar esforços e serem independentes, lutando pela consciência e não pela filiação partidária, na tentativa de encontrar uma solução que leve ao bom caminho o Concelho, que permita fazer o máximo de obras e se possível diminuir drasticamente a dívida em que se encontra a Câmara. Faz um apelo a todos os membros, independentemente de serem de um ou outro partido, para que façam um esforço no sentido de minimizar ou diminuir os riscos do Concelho e todas as Freguesias. Indica que esta é uma situação realmente crítica porque para além de todo o Concelho, a Sede do Município e todas as Freguesias

em conjunto vão ver o seu futuro comprometido com o valor da dívida que a Câmara ficará, pagando cerca de um milhão de euros por ano só de juros, dinheiro esse que distribuído pelas Freguesias daria para fazer obras que não vão ser possíveis. Apela para que o sentido de voto seja não no sentido da crítica, não no sentido de penalização ou qualquer outro tipo, mas no sentido de arranjam uma solução que permita ao Governo, continuar a governar, com as condições que vierem a ser impostas pelo Tribunal de Contas, que ainda não se pronunciou. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Refere que perante o que já ouviu na presente Assembleia, não pode deixar de se pronunciar, porque o que é mau, é não ter obra para falar, quem não faz nada não pode falar de obra. Indica que não podem querer que quem trabalha, quem se empenha, quem dá tudo o que tem e por vezes o que não tem, para conseguir coisas para o Concelho, que depois não sintam um pouco de orgulho. Do seu ponto de vista não vê qualquer mal no orgulho e satisfação em concretizar obra e mau seria ter que se esconder por nada fazer. Indica ainda que para contradizer o que foi já afirmado na Assembleia Municipal, também teriam que ter vergonha do túnel do Marão, do IC5, da A24, infra estruturas que vão desencravar definitivamente o Nordeste do Concelho. Todos estes investimentos foram feitos no Litoral e agora 1/3 do Orçamento Geral do Estado vem para Trás os Montes, vai desencravar esta região e criar empregos, tal como o IC5, que vai trazer para o Concelho entre trezentas a quatrocentas pessoas. Refere que estas obras devem ser aplaudidas e devem dar força porque é um homem do Concelho que não nos esqueceu. No que concerne à situação das casas, pergunta se uma obra que é feita pela Câmara, com os técnicos da Câmara, com o apoio da Câmara, com visitas aos locais, se se pode esconder tal situação, porque essas pessoas estão a ser ajudadas, está a ser feito com critério, porque nesta sociedade, em pelo Século XXI, quem correr o Concelho e estiver inserido nas IPSS, constata que há muita miséria escondida, sendo esta uma grande medida de ajuda às pessoas. Combater a crise é também dar condições e ao mesmo tempo arranjam trabalho e desenvolvem a Freguesia. Indica também que foi dito na Assembleia Municipal que as IPSS têm acesso aos rendimentos das pessoas, corrigindo quem afirmou “rendimento mínimo” e esclarecendo que se apelida de “rendimento de inserção social”, não sendo de todo verdade que as IPSS tenham acesso a esses rendimentos. È verdade que há uma formula de cálculo em função do rendimento, não sendo justo que uma pessoa

que ganha quinhentos euros de reforma por mês, pague o mesmo que uma pessoa que ganha cento e cinquenta euros ou mais. Assim, emanado da Segurança Social, as pessoas têm que apresentar o IRS, não sendo por acaso que os reformados há já algum tempo têm que fazer IRS para fazerem prova deste junto das IPSS e outras instituições. Refere ainda, com muito orgulho, que o aeródromo está a começar de arrancar, contribuindo para o desenvolvimento do Concelho. Finaliza afirmando que têm que combater a crise com trabalho, com persistência e determinação. -----

-----**DEPUTADO VÍTOR SILVA:** Refere que numa altura em que tanto se fala de crise, mais do que falar sobre a mesma, é necessário agir. O que o Município de Alijó fez, tanto ao nível dos cidadãos, dos pobres, dos que precisam de apoio social, como das empresas, foi agir, criando meios para combater esta crise. A crise financeira internacional, a profundidade e extensão agrava-se seriamente desde o último trimestre de 2008 e está a produzir fortes efeitos recessivos na economia mundial, nomeadamente na confiança dos agentes económicos, nas restrições ao crédito e em geral na actividade económica. Para combater estes efeitos, o Governo Português tirando partido da flexibilidade prevista no pacote de estabilidade e crescimento, tem vindo a apresentar um conjunto de medidas céleres, temporárias e selectivas, de apoio às empresas, procurando abranger de forma sistematizada, os diversos sectores económicos nacionais e em especial as pequenas e médias empresas, assim como os Municípios podem através do IAPMEI “Finicia”, aderir a este protocolo, ajudando as empresas. Mostra o seu contentamento pelo facto do Município de Alijó ser o primeiro do Distrito a aderir ao programa “Finicia” que ajuda substancialmente as empresas. Relativamente ao apoio social, a Câmara Municipal de Alijó tem ao seu dispor 1,2 milhões de euros para combater a pobreza, em parceria com as Câmaras Municipais de Sabrosa e de Murça, que vai fazer com que consigam com o contrato local de desenvolvimento social, começar a ser implementado nos próximos meses, o qual será decisivo para promover medidas de combate à exclusão social existente e prevenção de novas realidades sociais que conduzam os cidadãos para a exclusão; contribuirá ainda para elevar os níveis de qualificação como factor determinante para a entrada ou reentrada no mercado de trabalho. Refere que vai ser um projecto muito interessante, que era já o que se vinha a fazer ao nível do Solarh, do PSI, ao nível das habitações que estavam mais degradadas. Refere ainda que o Executivo está de parabéns porque num momento de crise, em vez

de só falar dela, teve soluções para a mesma, foi pioneiro e os cidadãos estarão satisfeitos com estas medidas implementadas na Câmara Municipal. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** Indica que o Sr. Deputado Jaime Cardoso pretendia usar novamente da palavra, transmitindo ao mesmo que, sem pretender ser indelicado, a sequência das intervenções, são os Srs. Deputados que as determinam e quem fala a seguir, tem porventura alguma vantagem relativamente ao anterior, sendo essa uma sequência normal da Democracia. Informa que excepcionalmente permite que o faça, mas não o permitirá a mais ninguém. Dá a palavra ao Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Indica que respeita muito o Sr. Presidente da Câmara, a sua boa vontade de fazer obras, o que é louvável e ninguém critica o que se faz, nem nunca ninguém discutiu o que se fez de bem no País, nem o que o Sr. Presidente da Câmara já fez. Ao falar da crise financeira internacional e o problema de criar emprego com novos investimentos, sendo uma falsa ilusão em termos económicos, refere a teoria de John Maynard Keynes a qual assenta no seguinte: “gastar é economizar”. Esclarece que ninguém põe em causa as obras que o Sr. Primeiro – Ministro quer fazer, assim como as obras do Sr. Presidente da Câmara, pessoa com quem tanto simpatiza. Indica ainda que o problema está em rentabilizar, porque a filosofia só se completa com a conversão dos gastos em lucros, em rendimentos que venham cobrir a despesa feita. Refere que quando pensam num empréstimo, que cria para o Município de Alijó uma dívida de um milhão e meio de euros, devem pôr em causa se realmente alguns investimentos são necessários. Quando solicitou que raciocinassem friamente, sem paixões, sobre este tema, era para analisarem a situação, não estando contra aquilo que querem fazer, estando antes preocupados com gastos. Finaliza afirmando que esta é uma fase de transição, que nenhum país da própria Comunidade Europeia ainda não tem um retrato da realidade do que está a acontecer no mundo e que pode vir a desgraçar muitos governos que invistam. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Agradece a preocupação com a situação financeira da Câmara porque vai permitir esclarecer um assunto que foi já esclarecido aquando do debate do empréstimo, no entanto deve ter havido falha de comunicação porque esta questão não ficou clara. Devolve a simpatia e a amizade do Sr. Deputado. Indica que o raciocínio do Sr. Deputado assenta

num pressuposto que não é correcto, no entanto este não tem culpa porque há quem utilize os meios de comunicação social para tentar transformar uma verdade numa mentira, partindo do pressuposto que a mentira, várias vezes repetida se transforma numa verdade. Indica ainda que os dez milhões de euros que a Câmara aprovou em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, já foram enviados para o Tribunal de Contas, o qual colocou algumas questões simples sobre o mesmo, referindo-se a pagamento de dívida já assumida, já facturada e já realizada para pagar cerca de oito milhões e meio de euros, focados pelo Sr. Deputado António Lousa, ou seja, os dez milhões de euros são para pagar a dívida que actualmente este Município tem assumida, facturada, já realizada e que no início do seu primeiro Mandato não eram dez milhões de euros, eram mais de vinte milhões de euros; Já abateram metade dessa dívida, pretendendo agora liquidá-la de vez, ou seja, com este empréstimo querem colocar a dívida do Município a zero e se o Tribunal de Contas emprestar este dinheiro, é a melhor medida que algum dia este Município adoptou para combater a crise porque injectam dez milhões de euros na economia local e na economia nacional, colocando a dívida a todos os fornecedores, a zero. Do ponto de vista financeiro reequilibram as contas, põem a dívida a zero e ganham ainda mais capacidade económica para fazer novos investimentos. Esta medida foi estudada e foi apresentado o estudo por uma empresa da especialidade que considerou ser o meio financeiro adequado para o caso do Município de Alijó. Tem conhecimento que questionam muitas vezes, na comunicação social, o porquê da Câmara não utilizar outra medida chamada “pagamento a tempo e horas”. Esclarece que não recorreu a esta medida porque não iria resolver nenhum problema da Câmara, porque tem um limite de dois milhões de euros e o problema da Câmara são dez milhões de euros, tendo também que ir a rateio com outras Autarquias e o que iriam obter, seria insignificante para resolver um problema de base, tendo sido isto que o referido estudo apresentado, discutido e votado na Assembleia, esclareceu de forma cabal. Refere que a culpa não é do Sr. Deputado mas da retórica, da demagogia que normalmente se regista em época pré – eleitoral. Dirige-se ao Sr. Deputado António Lousa esclarecendo que os Planos de Actividade e Orçamentos da Câmara são dinâmicos. O meio milhão que referiu é a capacidade de aprovar novas candidaturas e receber o respectivo compromisso financeiro para poder pagar essas mesmas novas candidaturas. Informa que só a candidatura de regeneração urbana, são três milhões. Entre

Dezembro e Janeiro há essa evolução, ou seja, a diferença entre os oito milhões referidos na informação de Dezembro e agora são oito milhões e meio, deve-se a novos encargos assumidos, facturados e ainda não pagos que entretanto a Autarquia assumiu, na sequência de novas candidaturas, entretanto aprovadas. Isto demonstra eficácia, determinação, capacidade de execução. Informa que já ultrapassaram os 100% nas candidaturas a Fundos Comunitários, estando agora a ir a “*over booking*”, significando que a Câmara para ter sempre projectos em carteira, quando os outros não conseguem executar o que estava previsto executarem, essas verbas são libertadas para uma bolsa denominada “*over booking*” e a Câmara tem ido a todas de “*over booking*”. Esclarece ainda que nesse meio milhão estão mais umas de “*over booking*” que conseguiu aprovar. No que diz respeito à página quinze da Exposição, referida pelo Sr. Deputado António Lousa, esclarece que o Sr. Deputado confundiu outra candidatura que também conseguiram aprovar, chamado “Programa de Conforto Habitacional para Idosos”, aprovada por este Município. Trata-se de um programa que o Governo lançou para possibilitar que os idosos com mais de sessenta e cinco anos, que estejam em lares e que estejam já a ser apoiados pela Segurança Social, possam ter melhores condições de vida nas suas habitações. Esclarece ainda que são obrigados a publicitar este tipo de intervenções porque há uma equipa da Câmara, constituída pelo Arquitecto Henrique Pinto, pelo Topógrafo Vítor Nascimento e pela Arquitecta Paisagista Fátima, os quais fazem os projectos deste programa, deslocando-se às casas das pessoas para não gastarem esse dinheiro e dos vinte e três a que tinham direito, executaram já treze e vão executar os restantes. Esta é uma situação pública, notória e mais um esforço e uma prova de capacidade de acção social da Câmara, no que diz respeito ao combate à crise e melhorar as condições de vida de todos os munícipes, não é para esconder mas para publicitar com enorme alegria. Refere ainda que o Sr. Deputado estava a confundir este programa com o programa “Rendimento Social de Inserção”. Afirma que não os desviam do rumo pretendido, “o nosso rumo foi, é continuará a ser, independentemente das confusões que queiram lançar, independentemente da demagogia, independentemente da retórica, das mentiras e dos insultos, o desenvolvimento de cada Freguesia em particular e do Concelho na generalidade”. No que diz respeito à limpeza das bermas indica que é mais uma confusão do Sr. Deputado porque não conhece a lei e a limpeza de dez metros das bermas, é uma obrigação do cidadão/munícipe e não da Câmara.

Esta última fez uma candidatura a uma equipa de sapadores florestais e como sabe que os idosos do Concelho, que são muitos, não têm capacidade para por si próprios fazerem essa limpeza, a Câmara pediu à equipa de sapadores florestais para fazer essa limpeza nas bermas e junto às propriedades das pessoas numa área de dez metros, ficando lá a referida biomassa porque é dos munícipes, para que depois eles a utilizem para eles próprios. Estão a praticar uma atitude de prevenção, a evitar os incêndios, sendo para isso a equipa de sapadores florestais. Indica que está presente na Assembleia Municipal o responsável técnico que trabalha nessa área, que é actualmente o Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, o qual pode confirmar que esta equipa foi já elogiada em termos distritais, numa reunião com o Sr. Governador Civil, por quem superintende estas matérias a nível nacional. No que diz respeito à parceria, lembra que já entregou um documento elaborado pela empresa Vila Sol que propõe uma parceria entre a Câmara, a empresa Vila Sol e a Real Companhia Velha, para em conjunto desenvolverem um projecto fundamental para o desenvolvimento do Concelho de Alijó, tendo sido esse projecto anunciado pela Vila Sol na comunicação social, o qual vai criar seiscentos postos de trabalho. Este programa consiste em dois campos de golfe com os respectivos resorts associados, em parceria com a Real Companhia Velha e com a Câmara porque a Real Companhia Velha tem uma quinta na Granja, onde pretendem implementar um desses resort e em parceria com a Câmara para fazerem uma sociedade e implementarem outro na zona Norte. Relativamente a essa parceria, as duas empresas fizeram uma proposta concreta, que está a ser analisada pelos serviços jurídicos da Câmara, tentando ainda melhorar, tendo conseguido já para o Concelho de Alijó a deslocalização dos armazéns da Real Companhias Velha e nomeadamente a transformação daquela unidade de produção da Granja, onde há obras a decorrer. No que diz respeito à dúvida formulada pelo Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro, o primeiro estudo da Quartenair, foi apresentado numa reunião com os Autarcas, não obteve o consenso de todos e foram feitas sugestões, tendo apresentado como sugestão o facto de não abdicar de uma ligação da futura IC5 às comunidades que vão ser afectadas pela Barragem. Indica que esta é a grande exigência que querem que venha contemplada nesse estudo. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Jaime Cardoso, esclarece uma outra questão que perpassa como rumor e que considera uma insulto à capacidade de execução do Executivo e que consiste em: “a Câmara

está condenada, está em falência; a Câmara está a ir para o abismo”. Informa que segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, documento respeitante a 2007, que faz a análise rigorosa, com base nas contas de gerência que são enviadas para o Tribunal de Contas, da vida económica dos Municípios do país. Este rumor é completamente desmentido. A Autarquia de Alijó não aparece nas estatísticas dos mais devedores, ao contrário do que é afirmado pela oposição de forma sistemática. Tem em sua posse uma notícia do “Jornal de Notícias”, a qual é distribuída e se coloca na íntegra:

**Fonte: JN Data: 09-04-2009 Tema: Dividas das autarquias:**

**Linha de crédito ainda dispõe de 800 milhões**

A propósito da regularização das dívidas a fornecedores, Eduardo Cabrita lembrou que ainda está activa a linha de crédito, do programa "Pagamento a tempo e horas", com 800 milhões disponíveis.



**Aveiro com liquidez negativa elevada**

A Câmara de Aveiro foi das que apresentaram maior desequilíbrio financeiro em 2007, contando com 76,1 milhões de euros em dívidas. Foi também a que falhou mais no pagamento a fornecedores.

**6664** milhões de euros foi o valor de endividamento em 2007

**308** é o número de municípios existentes em Portugal

## Flash



**FERNANDO RUAS**  
PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

## Dívidas são por atrasos no QREN

### Como vê as conclusões do Anuário ontem apresentadas?

Não conheço o documento ao pormenor. Pelas conclusões que nos chegaram através da Imprensa, ficamos contentes com o relatório. Diz que as câmaras têm contas devidamente organizadas. A liquidez é negativa em algumas câmaras, mas isso é por causa das obras do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) que ainda não tiveram retorno financeiro, nomeadamente ao nível dos centros escolares. É natural que, por isso, a situação seja passageira, pelo menos será minimizada. O autor do estudo atribui o endividamento ao aumento das dívidas aos fornecedores e o secretário de Estado Eduardo Cabrita elogiou o programa "Pagamento a Tempo e Horas". É um programa elogiável? É um bom programa. Permite aos municípios pagar as dívidas. Faria todo o sentido que o Governo também procedesse ao pagamento das dívidas aos municípios.

### Quanto é que o Estado deve?

Não tenho dados globais. Sei que só dos ministérios da Cultura e da Administração Interna a dívida é entre 30 a 40 milhões de euros. Aliás, ambos os ministérios já reconheceram isso.

### O endividamento também tem a ver com o reforço de competências transferidas do Estado?

O Anuário refere que os municípios gastam cada vez mais com pessoal. Só nos recentes contratos de execução na área da educação é ver a quantidade de pessoas que passam para as câmaras. Já quando foi das actividades de enriquecimento curricular disse que só faltava que um dia viessem dizer que aumentaram as despesas das câmaras com pessoal...

HERMÂNIA CRUZ

### POSIÇÃO DAS CÂMARAS DO PORTO E DE GAIA

## Rio critica comparação e Menezes desvaloriza

♦ A análise do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é criticada pelo presidente da Câmara do Porto por falta de rigor técnico e desvalorizada pelo líder da Autarquia de Gaia, convencido de que é apenas uma "fotocópia" do relatório do ano passado.

Rui Rio condena as comparações de valores absolutos, apresentadas no documento. "A minha professora da segunda classe já dizia que não se comparam batatas com cebolas. Não podem comparar-se municípios grandes com municípios de menor dimensão. Temos de comparar o que é comparável e os valores absolutos não são comparáveis", entende o autarca, sublinhando a necessidade de olhar os números com rigor técnico. "O Canadá também deve muito mais do que S. Tomé e Príncipe", sentença Rui Rio.

A dívida total da Autarquia em 2007 era de 177,3 milhões de euros, correspondendo a 83,6% do orçamento. No final de 2008, baixou para 150 milhões. "A Câmara deve

69,5% do seu orçamento anual. É um excelente rácio em Portugal, mas ainda quero que seja mais baixo no final deste ano", adianta. No dia em que apresentou os principais indicadores do Relatório e Contas do Município referente ao exercício de 2008, o social-democrata considera que a "evolução das contas da Câmara tem sido muito positiva".

A consulta do Anuário Financeiro levou-o a descobrir um erro de cálculo: o estudo indica que o endividamento líquido do Município portuense ascendia a 205 milhões de euros, apesar do passivo referente ao exercício de 2007 ser de 177 milhões. O valor correcto do endividamento líquido, rectifica ainda o autarca, era de 153 milhões de euros.

### Menezes atribui dívida às obras

Já o presidente da Câmara de Gaia, Luís Filipe Menezes, desvalorizou o Anuário de 2007, que coloca o seu concelho como o quarto do país com maior endividamento.



Rui Rio condena a falta de rigor técnico



Menezes diz que a dívida está controlada

mento. "É o mesmo relatório do ano passado, da mesma entidade. Acho que já fazem fotocópia. Nem se são ao trabalho de mudar", ironizou Luís Filipe Menezes. O autarca social-democrata considera, assim, normal que Gaia permaneça ao lado de concelhos como Porto e Lisboa como uma das autarquias mais endividadas do país. "São as três maiores autarquias do país", sublinhou, voltando a socorrer-se do sarcasmo para questionar, do seguinte modo, os jornalistas: "Sabem qual é o país do mundo com mais dívidas? São os Estados Unidos".

Menezes declarou-se, nesse sentido, orgulhoso pela sua ges-

### Menezes considera que o Anuário de 2007 é fotocópia do relatório do ano passado

ção no município de Gaia. "Alguns (concelhos) têm muita dívida e pouca obra. Temos uma dívida controlada e muita obra. Estamos muito satisfeitos com a nossa gestão", rematou, no final de uma conferência de imprensa destinada à apresentação de um projecto municipal que visa a criação de mil postos de trabalho, durante um ano, no concelho de Gaia.

CARLA SOFIA LUZ E HERMÂNIA CRUZ

### Um exemplo positivo

## Barcelos no pódio da eficiência financeira

♦ O município de Barcelos foi o terceiro entre os 23 grandes concelhos do país a apresentar melhor eficiência financeira em 2007, ficando atrás de Almada e Amadora mas adiante de Braga e Cascais. Ao JN, o vereador das Actividades Económicas mostrou-se "muito satisfeito" pela posição no ranking, elaborado por "entidades académicas independentes". Realçou em particular a performance dos concelhos nos critérios de liquidez, nas dívidas a terceiros por habitante, nas despesas com pessoal versus custo total, na diminuição dos passivos financeiros e na diminuição de custos por habitante.

"Temos gerido bem os recursos, o resultado não nos surpreende e contradiz as críticas

da oposição", sustentou Félix Falcão. Apontou como próximos projectos locais a construção do futuro hospital e, no âmbito da futura parceria público-privada, a reconversão do mercado municipal, a segunda fase do complexo do estádio, parque subterrâneo, centro escolar, nove piscinas, 18 polidesportivos e pavilhão universitário, entre outros. Mas o autarca Fernando Reis admitiu publicamente que "não sabe" quanto as obras vão custar.

Curiosamente, no relatório da CTOC a autarquia do galo é, das 23 grandes do país, a que tem menos receitas próprias, o que lhe vale apenas 44% de independência financeira (rácio entre receitas próprias e totais).

HERMÂNIA CRUZ

## BRUXELAS

## Trinta dias para Estado pagar às empresas

♦ A Comissão Europeia propôs que as autoridades públicas tenham um prazo de 30 dias para pagar facturas às empresas, findo o qual deverão pagar juros e uma indemnização de 5% do montante em dívida.

A proposta ontem apresentada pelo Executivo comunitário em Bruxelas enquadra-se na luta contra os atrasos nos pagamentos nas transacções comerciais entre autoridades públicas e empresas, numa altura particularmente sensível.

"Esta situação (de atrasos nos pagamentos) impede o desenvolvimento dos negócios e é mesmo responsável por falências de empresas que de outro modo seriam viáveis, nomeadamente no caso de Pequenas e Médias Empresas (PME)", justifica a Comissão.

Para Bruxelas, as autoridades públicas devem "dar o exemplo", pelo que propõe que, "como re-

gra", paguem no prazo de 30 dias, "caso contrário terão de pagar juros, uma indemnização por custos de cobrança e uma indemnização fixa de 5% do montante em dívida, aplicável desde o primeiro dia de atraso".

Em reacção à proposta, o secretário de Estado do Tesouro e Finanças disse que há "abertura total", acrescentando que "é convergente com as preocupações do Governo" na redução de prazos para pagamentos aos fornecedores. "Vamos analisar, ver os detalhes da proposta, os termos técnicos, estamos abertos à sua análise", sublinhou Costa Pina.

Também as associações do sector da construção consideraram "positiva" a proposta, afirmando que contribuirá para aliviar as tesourarias das empresas e um "contributo para a preservação do emprego" no sector. ■

# ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES



## 90 autarquias não recorreram aos bancos

Em 2007, 90 municípios não recorreram a empréstimos bancários, um número que traduz um aumento face a anos anteriores. Em 2006, foram 73 as autarquias que não recorreram e em 2005, 63.



## Despesa com pessoal é mais representativa

A despesa com pessoal foi aquela que mais sobrecarregou as autarquias em 2007 (29,2%). A aquisição de bens e serviços, subsídios, juros e transferências correntes também foram mencionados.

### Contas dos municípios



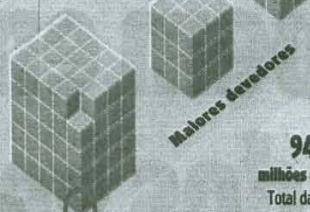
**6664** milhões de euros é o valor total da dívida das autarquias, em 2007

**1/5** da dívida pertence aos três maiores devedores: Lisboa, Gaia e Porto

**965,4** milhões de euros Total da dívida da Câmara de Lisboa

**268** milhões de euros Total da dívida da Câmara de V.N. Gaia

**177,2** milhões de euros Total da dívida da Câmara do Porto



A dívida da CM de Lisboa é equivalente a...

**1279** milhões de euros Total da dívida dos 35 hospitais EPE

**940** milhões de euros Total da dívida da RTP

**1264** milhões de euros Total da dívida da TAP

**22,89** euros Dívida por habitante do concelho de Penedono, os menos endividados

**6090** euros Dívida por habitante do concelho de Fornos de Algodres, os mais endividados

| Top 10 Municípios com menor dívida |                                  |
|------------------------------------|----------------------------------|
| 1.º                                | Penedono 76 029                  |
| 2.º                                | Lajes das Flores 887 246         |
| 3.º                                | Redondo 1 048 149                |
| 4.º                                | Cinfães 1 151 687                |
| 5.º                                | Santa Cruz da Grãziosa 1 305 780 |
| 6.º                                | Viana do Alentejo 1 310 182      |
| 7.º                                | Vila do Bispo 1 355 933          |
| 8.º                                | Marvão 1 415 614                 |
| 9.º                                | Santa Cruz das Flores 1 472 867  |
| 10.º                               | Campo Maior 1 474 242            |

| Valores em euros |                               |
|------------------|-------------------------------|
| 1.º              | Lisboa 965 453 601            |
| 2.º              | Vila Nova de Gaia 268 040 500 |
| 3.º              | Porto 177 265 109             |
| 4.º              | Aveiro 121 835 696            |
| 5.º              | Gondomar 109 395 069          |
| 6.º              | Maia 105 469 708              |
| 7.º              | Braga 90 630 116              |
| 8.º              | Sintra 89 679 427             |
| 9.º              | Covilhã 86 938 744            |
| 10.º             | Setúbal 83 077 853            |

### Estrutura dos custos da CM de Lisboa



Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - ICE / Infografia IN

# Autarquias sem dinheiro para dívidas a curto prazo

Anuário financeiro revela que as câmaras de Lisboa, Gaia e Porto tiveram os maiores passivos

SUSANA OTÃO  
susana.otao@ip.pt

ram uma redução, caindo 49,5%. Estes números foram apresentados ontem em Lisboa com a di-

De acordo com o documento apresentado na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a dívida

totalizando 547 milhões de euros de receitas cobradas nesse ano. Ainda assim, para o coordena-

dores que podem vir a acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos", afirmou.

Esta fonte do “JN” é esclarecedora sobre a mentira dos que dizem que a Câmara Municipal de Alijó está na falência técnica ou a caminho do abismo económico – financeiro. A prova de que não está, é que neste Anuário aparece uma espécie de “top 10” das dez Câmaras, das mais devedoras e das dez Câmaras, melhores pagadoras. Curiosamente, a Câmara Municipal de Alijó, nem aparece nas melhores pagadoras, nem na lista negra das piores pagadoras, porque é uma Câmara equilibrada e está a meio da tabela, como a generalidade das Câmaras pequenas que fazem um enorme esforço para garantir a candidatura aos Fundos Comunitários e garantir os recursos necessários para assim também garantir a contrapartida nacional dessas mesmas candidaturas. Esclarece que quando falam numa candidatura de três milhões de euros, a Câmara tem que garantir pelo menos 30% desses três milhões e se não os tiver, a candidatura não é aceite. Sublinha ainda que é o próprio Presidente da Associação de Municípios Portugueses e Presidente da Câmara Municipal de Viseu que é do Partido Social Democrata, que também diz que estas dívidas são por atrasos do QREN, ou seja, quem está a financiar tudo, são os Municípios. Indica ainda que os Municípios estão com dificuldades financeiras, incluindo o Município de Alijó, porque têm uma enorme capacidade de execução de obras financiadas por Fundos Comunitários, em que já deram a contrapartida nacional, ou seja, os 30% e ainda não vieram os 70% dos Fundos Comunitários. Solicita que não insultem o trabalho do Executivo nem o povo de Alijó. Refere que na lista dos piores pagadores estão as seguintes Câmaras: Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Braga, Aveiro, Viseu, porque são as maiores, as que mais executam e como não lhes dão a contrapartida dos Fundos Comunitários relativamente à sua capacidade de execução, são as que estão em maior dificuldade. Solicita que não façam demagogia porque a maior conquista do 25 de Abril foi o poder local, porque sem este, Portugal não podia ultrapassar anos e anos de atraso estrutural. Presta homenagem a todos aqueles que desde o 25 de Abril se dedicaram à árdua tarefa de defender os seus territórios. O Município de Alijó não estaria a fazer estas candidaturas na área social, na área da educação, da formação, etc, se os seus antecessores não tivessem feito um excelente trabalho, ao nível das infra estruturas básicas e dos equipamentos colectivos. Indica que devem saber honrar os nomes dos Presidentes de Câmara que têm defendido o Concelho de Alijó e façam com que haja uma escolha correcta dos cidadãos, com base na contraposição de projectos e de ideias e não a contraposição dos insultos. Indica ainda que o

Sr. Deputado Jaime Cardoso falou de John Maynard Keynes e do paradigma social e económico, mudança de paradigma e da crise, aproveitando para informar que a Associação Nacional de Municípios Portugueses esteve reunida na Suécia e na Dinamarca, no Congresso dos Municípios e Regiões da Europa, onde esteve presente a debater este problema e não há no mundo quem saiba como sair desta situação. Informa que ficou muito satisfeito com os elogios que as outras comitivas fizeram ao desempenho de Portugal e dos Portugueses. Espanha tem neste momento cinco milhões de desempregados; o IVA na Dinamarca é de 25% e os impostos vão no mínimo de 40 a 60% do rendimento disponível e fazendo comparação entre a realidade de Portugal e a dos outros, verifica que todos sofrem da crise, mas Portugal no combate a essa crise, não está tão mal quanto alguns procuram induzir e fazer passar a mensagem através dos *mass media*. No que diz respeito à estratégia, de investimento nesta altura, das grandes obras públicas e respeitando o John M. Keynes e análise que fez na altura, indica que ainda hoje não apareceu nenhum economista que descubra “a lâmpada de Aladino” porque a complexidade, hoje é de outro domínio. Considera positivo o Governo não ter vacilado, no que diz respeito ao investimento nas grandes obras públicas e particularmente na A4, no IC5, no túnel do Marão, na A24 e em todas as obras que estão previstas para o interior do país. No tempo das “vacas gordas” este investimento nas acessibilidades foi feito no litoral; agora que chegava a vez do interior não se fazia porque “estamos em crise, vamos voltar ao paradigma social e económico do Antigo Regime: pequeninos, poupadinhos e orgulhosamente sós”. Indica que enquanto estiver à frente desta Câmara não aceita isto, porque este paradigma é que está condenado ao fracasso, tendo a certeza de que se não fizerem este investimento, que agora está previsto e aprovado, concessionado e entregue, jamais esse investimento virá para o interior do país e conseqüentemente para o Concelho de Alijó. Aplauda o Sr. Primeiro – Ministro e o Governo, oriundos do interior, que tiveram a coragem de perante estas dificuldades não vacilar, permanecer firmes e avançar com os investimentos necessários. Afirma que também vai ficar firme, determinado, juntamente com a sua equipa. Aos Srs. Presidentes de Junta que têm acompanhado este esforço, faz um apelo para que continuem a trabalhar com seriedade para o desenvolvimento deste concelho porque foi para tal que foram eleitos. Em todos os investimentos, e particularmente no IC5, que vai ficar com o estaleiro geral da obra localizado no Concelho de Alijó. O que significa

que durante três ou quatro anos, vai haver trezentas a quatrocentas pessoas diárias a dormir, a comer e a trabalhar no Concelho de Alijó; durante três a quatro anos vão garantir emprego não apenas a essas pessoas mas também para outras pessoas do Concelho de Alijó porque vão ter que subcontratar máquinas, pessoal para diversos trabalhos, os quais vão ser contratados na área territorial do Município de Alijó. Todas as Câmaras por onde passa o IC5, gostariam de ter no seu território, o estaleiro geral da obra, sendo esta, mais uma conquista desta Câmara e deste Executivo. Vão também utilizar este estaleiro para trabalhar no Aeródromo e avançar com essa obra do Concelho. Indica que é assim que defendem a sustentabilidade social e económica do Concelho. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Vítor Silva, refere que a aposta no Finicia tem ver com uma preocupação antiga do Município e particularmente do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local que, do ponto de vista técnico preparou este trabalho, tendo sido o primeiro Município a aderir a este projecto e porque as questões têm uma dimensão supra Municipal, conseguiram aprovar 1,2 milhões de euros para um contrato local de desenvolvimento social na área do emprego, da formação, da coesão social, em parceria com as Câmaras de Sabrosa e Murça. Refere que foi com muita tristeza que verificaram que na comunicação social de carácter distrital, foram acusados pelo PSD distrital de que só conseguiram fazer esta parceria/candidatura entre Alijó, Murça e Sabrosa porque são três Câmaras Socialistas. Lembra que Alijó e Murça são, mas Sabrosa tem um Presidente de Câmara Independente. Relembra à Assembleia Municipal que há uma série de projectos que fazem em parceria com Murça e Sabrosa, como Vila Real faz com Régua e Lamego, não pelo facto de serem todos do Partido Social Democrata mas por outra razão mais estruturante, ou seja, estão integrados num eixo de desenvolvimento urbano, tal como pretendem criar um eixo de desenvolvimento social, económico e urbano entre Murça, Alijó e Sabrosa. Solicita que seja distribuída cópia do contrato, a qual se coloca na íntegra:

**PROGRAMA CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COMPROMISSO**

A pobreza e a exclusão social são fenómenos inerentes às sociedades actuais, assumindo várias formas e diversas dimensões, destacando-se o desemprego, a baixa qualificação, a marginalidade, a imigração e a deficiência.

O Estado Português em parceria com a sociedade civil, desde a década de 80 do século XX, tem vindo a desenvolver programas no âmbito do combate à pobreza extrema e à exclusão social com resultados assinaláveis.

A estratégia definida no PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2008-2010) é enquadrada por áreas de intervenção prioritária, entre as quais o combate à pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania e a correcção das desvantagens na educação e formação/qualificação.

No território nacional existe a necessidade de uma maior coesão territorial e de uma mudança social efectiva dos territórios mais deprimidos, melhorando os níveis de inclusão social dos cidadãos bem como a sua qualidade de vida e de bem-estar.

É ainda fundamental, quando a nossa dimensão de intervenção é o bairro, o Concelho ou outros níveis territoriais de pequena dimensão, que sejam tidos em conta os instrumentos de planeamento construídos no âmbito da Rede Social e o parecer do Conselho Local de Acção Social.

No âmbito do quadro da descentralização de competências da administração central para a administração local, é necessário reforçar o papel dos Municípios na tomada de decisão e na intervenção social nos seus territórios.

Neste contexto são criados os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) que visam, de harmonia com a Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 285/2008, de 10 de Abril de forma multisectorial e integrada, promover a inclusão social dos cidadãos através de acções, a executar em parceria, cujo objectivo é o combate à pobreza e à exclusão social em territórios deprimidos.

Nestes termos, entre:

**O Primeiro Outorgante:**

Instituto de Segurança Social, I.P., pessoa colectiva n.º 505 305 500, sito na Rua Rosa Araújo, n.º 43, Lisboa, neste acto representado pelo Presidente do Conselho Directivo, Dr. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho, adiante designado por ISS, I.P.;

**O Segundo Outorgante:**

Câmara Municipal de Murça, pessoa colectiva n.º 506 862 763 sita Praça 5 de Outubro, neste acto representado pelo Presidente da Autarquia, Dr. João Luís Teixeira.

Câmara Municipal de Alljó, pessoa colectiva n.º 506 859 487 sita Rua General Alves Pedrosa, neste acto representado pelo Presidente da Autarquia Dr. José Artur Fontes Cascarejo.

Câmara Municipal de Sabrosa, pessoa colectiva n.º 506 824 942 sita Rua do Loreto, neste acto representado pelo Vice Presidente da Autarquia, Sr. Domingos Manuel Alves Carvas.

E

**O Terceiro Outorgante:**

Associação Douro Histórico, pessoa colectiva n.º 502 557 916, sita em Rua das Eiras, neste acto representada pelo seu Presidente da Associação, Dr. José Manuel de Carvalho Marques.

É celebrado, no âmbito do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Programa CLDS), o presente protocolo de compromisso que se rege pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1.ª**

**(Finalidade)**

O presente protocolo estabelece os princípios, responsabilidades, direitos e obrigações de cada um dos Outorgantes de forma a assegurar a elaboração do Plano de Acção dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social e a formalização dos mesmos, nos termos do Programa CLDS.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**(Âmbito Territorial de Aplicação)**

O presente protocolo aplica-se conjuntamente e exclusivamente aos concelhos de Murça, Alijó e Sabrosa.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações do Primeiro Outorgante)**

O Primeiro Outorgante, enquanto entidade gestora do Programa CLDS, obriga-se a:

- a) Acompanhar tecnicamente a elaboração do Plano de Acção, tendo em conta os objectivos, as metas, os indicadores e o montante de financiamento;
- b) O montante de financiamento previsto na alínea anterior ascende a €1.080.000 durante a vigência do contrato que formaliza o CLDS;
- c) Financiar o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), nos termos a contratualizar, após aprovação do Plano de Acção pelo Conselho Local de Acção Social e pela Câmara Municipal.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações do Segundo Outorgante)**

O Segundo Outorgante, enquanto entidade que preside ao Conselho Local de Acção Social (CLAS), obriga-se a:

- a) Presidir ao Núcleo Executivo do CLAS e coordenar o trabalho conducente à elaboração do Plano de Acção, nos termos da Norma X do Regulamento do Programa, de modo a viabilizar a celebração do contrato que formaliza o CLDS nos prazos estabelecidos na Norma IX do Regulamento após a assinatura do presente protocolo;
- b) Ratificar o Plano de Acção após aprovação do CLAS, de acordo com o disposto na Norma XI do Regulamento do Programa CLDS.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações do Terceiro Outorgante)**

O Terceiro Outorgante, enquanto entidade coordenadora local da parceria nos termos da Norma VII do Regulamento do Programa CLDS, obriga-se a:

- a) Recolher toda a informação necessária à elaboração do Plano de Acção do CLDS;
- b) Garantir a articulação das acções no Plano de Acção;

- c) Identificar potenciais parceiros para o desenvolvimento das acções previstas constantes do Plano de Acção do CLDS;
- d) Dinamizar o processo de articulação dos parceiros com responsabilidades no desenvolvimento das acções;
- e) Promover o processo com vista à selecção do Coordenador Técnico do CLDS;
- f) Apresentar ao Primeiro Outorgante, após aprovação do Plano de Acção, candidatura ao Programa CLDS nos termos do n.º4 da Norma XI e do prazo previsto no n.º 2 da Norma IX do respectivo Regulamento.


#### Cláusula 6.ª

##### (Vigência)

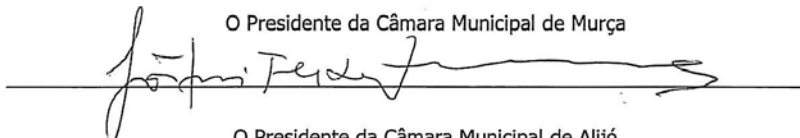
O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura sendo válido até à celebração do contrato que formaliza o CLDS, nos termos do n.º 2 da Norma IX do respectivo Regulamento.

Porto, 31 de Março, de 2009

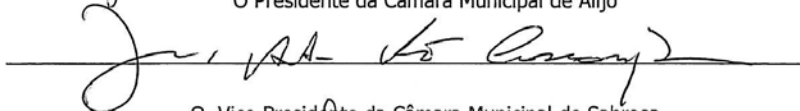
O Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social

  
Edmundo Martinho  
Presidente

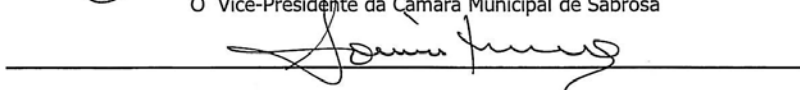
O Presidente da Câmara Municipal de Murça



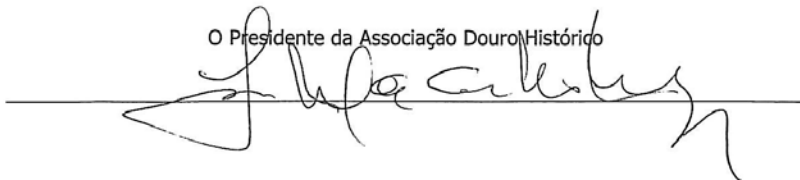
O Presidente da Câmara Municipal de Alijó



O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa



O Presidente da Associação Douro Histórico



-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “*Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2008*”. Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Refere que após ter lido as despesas, o que lhe chamou mais a tenção foram as despesas de capital no ano de 2008, ultrapassarem já as despesas correntes. A maior despesa já é despesa com o capital e não com o investimento. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Não pretende debruçar-se sobre os números porque parte do princípio que as pessoas que elaboraram este documento, são pessoas credíveis e as que lideram esta Câmara também merecem todo o respeito e consideração, acima de qualquer suspeita. Quanto aos documentos de Prestação de Contas de 2008, deixa uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido pelas pessoas que tão bem o apresentaram: sucinto, claro, transparente, uma verdadeira ferramenta de trabalho, dando assim os parabéns aos funcionários. Finaliza dizendo que este é um documento para consultar, sendo pertinente elogiar quem trabalhou para apresentar o mesmo.-----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** No que concerne aos documentos em apreciação, indica que a Bancada do Partido Social Democrata subscreve relativamente ao documento. O mesmo está na linha daquilo que já é tradicional fazer-se na Câmara e as contas não são sensivelmente diferentes, estando na mesma linha. Indica que o que está em causa é mais uma análise e leitura política que fazem deste documento, a qual está plasmada na Declaração de Voto que os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata fizeram. Relativamente ao conteúdo dessa Declaração de Voto, no essencial subscrevem e estão de acordo. A título pessoal, afirma que o documento em termos formais tem algumas melhorias em relação ao do último ano, permitindo uma leitura relativamente fácil, do que foi a actividade da Câmara e sobretudo na interpretação dos números, quer da receita, quer do investimento. Indica ainda que, pessoalmente gostaria que as despesas de capital fossem bem maiores do que as despesas correntes, não subscrevendo algumas afirmações de carácter pessoal e até funcional que são feitas na Declaração de Voto, classificando-as de exageradas. -----

-----**DEPUTADO VÍTOR SILVA:** Mais do que os parabéns aos funcionários que cumpriram

com zelo o seu trabalho, dá os parabéns o Executivo liderado pelo Socialista Artur Cascarejo que apresenta umas contas que a todos podem deixar satisfeitos. Refere o resultado líquido do exercício, o qual é positivo em duzentos e noventa e três mil euros, na diferença entre o ano de 2007 e 2008, ou seja, a diferença entre os custos e os proveitos subiu para o lado dos proveitos, o que com o volume de investimento, é bom. Relativamente às receitas correntes, embora estas tenham uma percentagem de 44%, há uma execução de 100% como por exemplo da administração central. No controlo orçamental da despesa, tem várias percentagens de valores de 100%; na execução do Plano Plurianual de Investimento, tem também percentagens de 100%; na execução do Plano de Actividades Municipal tem 50%, com valores de 80% e mesmo alguns de 100%; nas transferências correntes da despesa, no que diz respeito a entidades do Concelho, todos os valores estão entre os 90% e os 100%, ou seja, as Juntas de Freguesia, os Agrupamentos de Escolas, as Associações, todas receberam entre 90% a 100%, o que a seu ver, revela uma preocupação com o tecido Concelhio. Indica ainda que não é só com as Associações ou com as famílias, também os subsídios concedidos às famílias são de 70% do orçado; as transferências correntes de receita têm várias taxas de 100%, assim como as transferências de capital de receita que têm várias taxas de 100%. Refere ainda que aliando isto aquando o Socialista Artur Cascarejo iniciou o seu Mandato, que tinha mais de vinte milhões de euros em dívida, está agora em metade, mesmo com o conjunto de investimentos feitos, o que revela força no trabalho. Indica ainda que, força, é o que o Sr. Presidente da Câmara precisa para continuar a dar aos Alijoenses esta magnífica forma de governar uma Câmara Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Lousa, o Sr. Deputado Aníbal Ferreira já corrigiu e indica que gravíssimo era que as despesas de capital fossem inferiores às despesas correntes, significando que gastavam muito mais na manutenção da Câmara e no dia-a-dia da Câmara do que a fazer investimento para o desenvolvimento do Concelho. Uma conta de gerência que retrata com esta clareza que, do ano transacto para este ano, houve um aumento significativo das despesas de capital em detrimento das despesas correntes, vem na linha do que referiu, de que a tal diferença que viu do ano passado para

este ano, tem a ver com a capacidade de atracção de novos investimentos sobretudo via Fundos Comunitários porque tal como é do conhecimento dos Srs. Deputados, um Município como o de Alijó, não tem capacidade para fazer investimentos volumosos sem o recurso aos Fundos Comunitários. Sublinha a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira por três motivos, em primeiro lugar porque demonstra o que é fazer oposição com seriedade política, com credibilidade e com verdade. Indica que o Sr. Deputado disse que subscrevia a análise política mas não subscrevia o conteúdo de alguns aspectos da Declaração de Voto dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, porque este Sr. Deputado sempre teve uma postura irrepreensível enquanto político e enquanto Presidente de Câmara, não tendo necessitado nunca de insultar ninguém para fazer valer os seus argumentos. Indica ainda que quem passou por estas funções, como o Sr. Presidente da Assembleia ou qualquer outro também não subscreveria. Refere que esta é uma nova forma de fazer política, com a qual quem está com ética, transparência, seriedade e verdade na vida política, não pode apoiar nem subscrever. No que diz respeito às melhorias formais do documento agradece a observação feita e aproveita para realçar o enorme esforço que a este nível tem sido feito pelos funcionários da Câmara, que têm aproveitado as acções de formação que são postas ao seu dispor para ajudar na melhoria da apresentação técnica do documento. Frisa que não ficaria bem com a sua consciência por causa da tal verdade, da credibilidade e por causa do respeito que merecem todos e mais ainda os adversários políticos, se não referisse uma falha formal no documento, pois há um investimento repetido nos “Contratos Assumidos e Feitos pela Câmara Municipal”. Este é um erro de computador, mas que tem que ser referido e tem a ver com a estrada Casal de Loivos – Pinhão, estando referido duas vezes no documento. O documento é entregue à Mesa da Assembleia para que se corrija esta situação, estando situada na rubrica “Contratação Administrativa – Situação dos Contratos”. No que diz respeito ao documento em si mesmo, referencia três aspectos de carácter político e não técnico: o primeiro aspecto deve-se ao aumento da capacidade de arrecadar receita e diminuição da despesa; outro aspecto fundamental expresso no documento, é a diminuição no ano transacto das despesas com pessoal, porque houve alguns funcionários que foram para a reforma, mas também porque houve alguns contratos das candidaturas que fazem para suprir algumas falhas, que também acabaram, diminuindo as despesas com pessoal decorrentes dessa situação. Esclarece

que esta folga permitiu fazer investimento maior no rendimento do pessoal que trabalha na Câmara e vai permitir a candidatura a novos programas ocupacionais, para desta forma combater o desemprego no próprio Concelho; Refere ainda um outro dado político expresso no documento, que vem na sequência do que disseram nesta Assembleia e tem a ver com os quinze milhões de euros que conseguiram executar no ano transacto, o que demonstra capacidade de captação de investimento público e particularmente investimento público financiado por fundos comunitários; O quarto aspecto que pretende também realçar, prende-se com o facto deste documento que vem na linha da política assumida desde o primeiro Mandato, que pretendem manter, sendo este um documento, como as contas comprovam, que aposta fortemente nas áreas da educação, da formação, da acção social, do ambiente, dos equipamentos colectivos e das acessibilidades. Informa que vão continuar a fazer esta aposta porque é fundamental para transformar o Concelho de Alijó naquilo que ele merece, ou seja, num Concelho de referência, dentro da Região de Trás os Montes e Alto Douro e particularmente dentro da Comunidade Urbana do Douro. Refere ainda que brevemente irão ver mais três grandes obras no Concelho de Alijó, são elas os quartéis dos Bombeiros Voluntários de Alijó e de Favaios, assim como o novo Centro Escolar de Alijó. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de inscrições, e não havendo inscrições, colocou a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2008”*, tendo sido aprovado por maioria de votos com 28 votos a favor, 06 votos contra e 01 abstenção. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2009, que se traduz na 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão do PPI ”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que o Plano de Actividades e Orçamento é um documento evolutivo e como tal tem que se adaptar à dinâmica das candidaturas e da sua própria execução. Esclarece ainda que, conseqüentemente esta alteração e esta revisão tem a ver com essa mesma dinâmica e necessidade de reafectar verbas dentro do próprio documento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado:-----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que não vai falar concretamente do Ponto em discussão, mas para formalizar um convite: o núcleo fundador da Zona de Intervenção Florestal de Alijó – Norte (ZIF), com as Juntas de Freguesia envolvidas (Vilar de Maçada e Vila Chã), convida os Srs. Deputados da Assembleia em particular e a população em geral, a participar na reunião da audiência final a realizar no dia 03 de Maio pelas 16:00horas, na escola primária de Francelos. Felicita ainda as Freguesias fundadoras, também as pessoas que perante dificuldades enormes que ao longo do percurso e do tempo foram surgindo e nesse capítulo refere, por ser de elementar justiça, todo o empenho, dedicação e vontade como é apanágio do Sr. Presidente da Câmara e para este também em nome dessas duas Freguesias do núcleo, agradece todo o empenho, o qual considera muito valioso para desenvolverem este projecto. Indica ainda que contam com a presença do Sr. Presidente da Câmara porque será a última, a partir da qual nascerá mais uma instituição vocacionada e habilitada a desenvolver o papel da floresta do Concelho de Alijó. A maior fonte de rendimento do Concelho é a floresta, estando certo que a partir de agora será mais uma instituição que vai ajudar os agricultores, as pessoas que não têm rendimentos, sendo ainda um “pontapé” na crise levando o Concelho a entrar na senda do desenvolvimento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Pede desculpa pelo teor da intervenção do Sr. Deputado António Fernandes, o qual desconhecia, pois teriam procedido primeiramente à votação do Ponto em discussão. Coloca então a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos” Pedido de Aprovação da 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2009, que se traduz na 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão do PPI”*, sendo aprovado por maioria de votos com 26 votos a favor e 07 abstenções. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----  
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----